

## Brasil precisa superar legados da ditadura

O combate a essa herança passa pelo fortalecimento do Estado Democrático de Direito. Não dá para esquecer o que aconteceu, o que exige revisitar o passado, recontar a história da sociedade e de suas instituições e punir exemplarmente os torturadores e assassinos



Entrevista:  
A advogada Rosa  
Cardoso fala sobre  
os trabalhos da  
Comissão Nacional  
da Verdade



Entidades e centrais  
sindicais reforçam,  
em todo o Brasil,  
mobilização em  
defesa da Caixa  
100% pública

**VOCÊ MERECE  
AS MELHORES OFERTAS.  
VOCÊ MERECE O NOSSO VALOR.**



O **NOSSO VALOR** é uma plataforma para quem é associado a uma das nossas **APCEFs** e adora descontos, promoções e vantagens

No **NOSSO VALOR CULTURAL**, você vai saber um pouco mais sobre a Fenae e as Apcefs e concorrer, todos os meses, a 1.100 pares de ingressos e DVDs

Já o **NOSSO VALOR ESPORTE E LAZER** oferece para nossos associados produtos com até 70% de desconto. São ofertas especiais para quem curte praticar atividades físicas e cuidar do bem-estar



Acesse agora [www.nossovalor.fenae.org.br](http://www.nossovalor.fenae.org.br)  
economize nas compras e participe de promoções exclusivas.





Editorial .....	<b>4</b>
Entrevista .....	<b>5</b>
Movimento .....	<b>10</b>
Responsabilidade Social .....	<b>12</b>
Campanha Salarial .....	<b>15</b>
Negociações Permanentes .....	<b>18</b>
Capa .....	<b>20</b>
Fala, conselheiro .....	<b>25</b>
Artigo .....	<b>26</b>
Eu Faço Cultura .....	<b>29</b>
Funcef .....	<b>30</b>
Pegadas .....	<b>32</b>



Administração e redação: **Fenae - Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal** - SRTVS Qd 701, Centro Empresarial Assis Chateaubriand, Loja 126, Térreo II, Conj. L, Lote 38, Bloco II, Asa Sul Brasília / DF - CEP 70340-906 - Diretoria Executiva - Diretor-presidente: **Jair Pedro Ferreira**. Diretor vice-presidente: **Clotário Cardoso**. Diretora de Administração e Finanças: **Fabiana Cristina Meneguele Matheus**. Diretora de Comunicação e Imprensa: **Natascha Brayner Sobreira**. Diretor de Esportes: **Paulo César Barros Cotrim**. Diretor de Cultura: **Moacir Carneiro da Costa**. Diretor de Assuntos de Aposentados e Pensionistas: **Olívio Gomes Vieira**. Diretoria Executiva: **Sérgio Hiroshi Takemoto, Devanir Camargo da Silva, José Megume Tanaka, Daniel Machado Gaio**. Conselho Fiscal - Titulares: **Marcos Aurélio Saraiva Holanda, Francisca de Assis Araújo Silva, Jorge Luiz Furlan**. Suplentes: **Anabele Cristina Silva, Carlos Alberto Oliveira Lima, Laercio Silva**. Conselho Deliberativo Nacional - Presidente: **Giselle Maria Araújo Lima de Menezes**. Vice-presidente: **Paulo Roberto Damasceno**. Secretário-geral: **Iran Neves Bahia**. Gerente de Comunicação: **Rodrigo Fernandes**. Jornalistas: **Antônio José Reis e Andréa Viegas**. Redação publicitária: **Ana Paula Bessa e Gabriela Pelli**. Fotos: as não identificadas são de autoria de **Augusto Coelho**. Design: **Lisarb Senna de Mello e Marcelo Villodres**. Ilustrações e projeto gráfico: **Lisarb Senna de Mello**. Colaboradores: **Mylton Severiano e Fernando Nogueira**. Impressão: **Bangraf**. Tiragem: 136.500 exemplares. Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores. As matérias podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. **Distribuição gratuita**.



A informação de que a presidenta Dilma Rousseff pretende abrir o capital da Caixa Econômica Federal, veiculada pela imprensa, sacudiu os últimos dias de 2014. O governo não confirmou, mas também não negou a notícia. Logo as principais entidades do movimento sindical e associativo dos empregados do banco se manifestaram: o banco deve permanecer 100% público. E essa posição tem sido reforçada diariamente pela categoria.

A edição nº 84 da revista Feneae Agora já estava sendo finalizada quando a luta contra a abertura de capital da empresa se tornou urgente. Foi possível, no entanto, incluir uma matéria que traz a opinião das principais entidades e centrais sindicais. Em março, após a realização do seminário nacional, previsto para o final de fevereiro, uma publicação especial deverá abordar o assunto com mais profundidade.

O ano passado foi marcado pelos 50 anos do golpe militar. No dia 31 de março de 1964 começava, no Brasil, um período de trevas que durou até 1985. Cinco décadas depois, o Brasil ainda encontra dificuldades para superar os legados da ditadura. A matéria de capa destaca a importância de não se esquecer o passado. Em entrevista exclusiva, a advogada Rosa Cardoso, que integrou a Comissão Nacional da Verdade, fala sobre todo o trabalho realizado. E ela é taxativa: “A Lei da Anistia não deve se aplicar aos agentes públicos, civis ou militares, que cometeram graves violações ou crimes de lesa-humanidade”.

Esta edição da Feneae Agora traz, ainda, um resumo da campanha salarial 2014. Foram conquistas importantes, que só vieram graças à mobilização, à unidade e à maturidade dos bancários e bancárias de todo o país. Além das cláusulas econômicas, houve avanços no que diz respeito a condições de trabalho, jornada, carreira, saúde do trabalhador e cláusulas sociais. E nos itens em que falta avançar, a luta continua na mesa de negociação permanente, e as reuniões já foram retomadas em outubro.

Outro destaque é um tira dúvidas sobre o déficit da Funcef, produzido pela Apcef/SP e reproduzido aqui. Muito tem se falado sobre o assunto. Porém, a maioria das informações divulgadas, sobretudo nas redes sociais, traz dados distorcidos e equivocados. Esse é um comportamento que não contribui em nada com a Fundação e seus participantes.

A edição nº 84 da Feneae Agora traz um artigo do presidente da CUT, Vagner Freitas, sobre reforma política. Também matérias acerca do trabalho realizado pelo Movimento Solidário em Caraúbas do Piauí e das atividades do Eu Faço Cultura em 2014. E, ainda, informativo dos representantes dos trabalhadores no Conselho de Administração da Caixa, Fernando Neiva e Maria Rita Serrano.

Em tempo, desejamos a você um 2015 cheio de conquistas. Lutaremos todos os dias em defesa dos direitos e pela promoção do bem-estar dos empregados da Caixa. E, claro, por uma Caixa 100% pública. Afinal, ela é patrimônio de todos os brasileiros e instrumento fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país.

**Boa leitura!**

## ROSA CARDOSO

“Anistia não deve ser aplicada aos agentes públicos que cometeram graves violações de direitos humanos”

Rosa Cardoso é advogada e integrou a Comissão Nacional da Verdade, que teve os trabalhos encerrados em 10 de dezembro do ano passado. Ela também coordenou o GT **“Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical”**. Confira a entrevista exclusiva à Fenae Agora

## FA

Que avaliação poderá ser feita do trabalho da Comissão Nacional da Verdade?

### Rosa Cardoso

Creio que o relatório da CNV é uma escrituração de muitas lutas, muitos confrontos, embates e contradições, mas também de consensos, quando possível. Considero o resultado muito favorável do ponto de vista das nossas lutas, sobretudo por marcar vitórias na perspectiva das vítimas, dos familiares e dos militantes dos direitos humanos.

A Comissão da Verdade está ligada a um processo conhecido como justiça de transição, que é o exercício articulado de vários direitos que todo e qualquer povo tem. É o direito à memória, direito ao saber e de contar a sua história, e o direito do cidadão a reparar as violações já sofridas. Há comissões que indenizaram as vítimas desse processo, como a Comissão de Mortos e Desaparecidos e a Comissão da Anistia. Essa iniciativa busca reparar a história de violências que o Brasil viveu no período da ditadura militar, e é, integralmente, um ato para o processo de justiça.

A justiça de transição se compõe, também, do exercício de justiça diante dos casos de crimes praticados contra pessoas que se opuseram, na época, ao regime; que resistiram e foram perseguidas pelo governo de exceção. Logo, esse processo possui uma dinâmica articulada, não sendo uma coisa que se realiza em um pilar separado do outro. Tem que ser até um processo holístico.

## FA

Holístico?

### Rosa

É que ele precisa realizar-se com todos os componentes envolvidos para que realmente chegue a um regime democrático. Desta forma, será possível tirar da vida nacional o entulho autoritário, que até hoje mexe na vida de cada um. Até hoje, quando falamos ao telefone, por exemplo, há o receio de estarmos sendo vigiados. Não é só pelo presente ou pelo futuro, mas porque esses mecanismos têm ficado cada vez mais sofisticados. Nosso medo é maior por causa do passado. Há um trauma em relação a isso, devido ao que se viveu durante a ditadura. A compreensão, no âmbito da Comissão da Verdade, é de que fazemos parte de um processo de justiça de transição. Nesse sentido, há fatos que são significativos em nosso relatório, para mostrar que estamos preocupados com a questão da justiça. Um dos principais é a indicação dos autores dos crimes narrados.

## FA

Eles estão vivos?

### Rosa

Muitos estão, embora outros tenham morrido. A indicação está subordinada às provas obtidas em relação a esse período. Essas provas, como em qualquer processo, não precisam ser criminais, podem, também, ser de cunho administrativo. Se acontece qualquer problema em uma repartição ou em

uma entidade, pode-se fazer um processo interno, uma sindicância, uma auditoria. No nosso relatório, a indicação de autoria dos crimes está relacionada apenas aos agentes públicos. O trabalho feito examinou a prática de graves violações contra os direitos humanos. Não qualquer violação. Nada de censura, demissão imotivada, cassação de deputado ou perseguição, mas as graves violações de direitos humanos, aquelas consideradas imprescritíveis pelo direito internacional, que são as prisões arbitrárias e ilegais. E por que isso? Porque tais práticas são quase que sequestros. As prisões, quando são sem nenhum registro, sem nenhuma ordem judicial, podem botar a pessoa em qualquer lugar e podem matar também. Era exatamente isso que acontecia. Quando não matava, torturava, ameaçava e gerava um conjunto de pressões. Desse modo, a CNV trabalhou



com as situações relacionadas às graves violações de direitos humanos, como prisões ilegais e arbitrárias, torturas, mortes por execução, assassinatos, desaparecimentos forçados (sequestros) e até casos de pessoas que foram induzidas ao suicídio. Há também outro crime, o de ocultação de cadáver, como no caso do Rubens Paiva, até hoje desaparecido, cujo cadáver foi ocultado. A nomenclatura usada é do direito internacional e do direito humanitário, este último surgido logo após a Primeira Guerra Mundial, a partir do trabalho da Cruz Vermelha. Já o direito internacional surge a partir dos pactos dos direitos civis e políticos, a exemplo da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, em 1948. É um direito imperativo e independente do Estado reconhecer ou não. Ou seja: um corpo não pode ser cortado, picado, esfaqueado, ainda que seja um costume local.

Os fatos apurados são de graves violações aos direitos, ao mesmo tempo em que se configuram como crimes contra a humanidade, por ocorrerem em um contexto de perseguição sistemática e planejada.

## FA

Quais foram as grandes conclusões que o relatório da CNV chegou?

## Rosa

Nosso trabalho foi baseado nas concepções do direito internacional, estando integrado a um processo de justiça de transição. A primeira comprovação forte de que o passo da justiça tem que ser dado foi que trabalhamos para identificar os autores dos crimes praticados, como torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáver e violações sexuais em larga escala. Tínhamos que ter pelo menos duas testemunhas

a comprovar que algum desses crimes havia sido praticado, além das provas e dos depoimentos das vítimas. A vítima morreu, mas as testemunhas viram. Os acusados foram ouvidos, sendo dado a eles a oportunidade da resposta. Mas eles negaram sempre o comportamento das Forças Armadas, recusando-se a admitir a prática desses crimes no país. E tiveram que apresentar, sob pressão, os registros da vida administrativa de alguns militares, denominados de folha de alteração, como se fosse a carteira de trabalho do militar. Isso possibilitou que a CNV entendesse onde eles estavam em determinado momento, se no Araguaia (PA) ou em outro lugar. Há acusação de que eles estavam envolvidos na chacina da Guerrilha do Araguaia.

## FA

Quem das Forças Armadas teve atuação mais forte: o Exército, a Marinha ou a Aeronáutica, ou as três juntas?

## Rosa

O Exército teve um controle realmente maior, apesar de não podermos dizer que foi mais violento em sua atuação. Os três foram identicamente violentos, dependendo dos casos. Tinham serviços e centros de segurança e atuaram na repressão.

## FA

Deu para quantificar o número de desaparecidos no Brasil?



Rosa Cardoso conversou, no Rio de Janeiro, com Natascha Brayner, diretora de Comunicação e Imprensa da Feneq, o jornalista Antônio José dos Reis e o presidente da Apcef/RJ, Paulo César Matileti (centro)

## Rosa

São mais de 400. O panorama mais completo será divulgado em um livro, que publicará os nomes da cada um dos desaparecidos ou de cada pessoa morta. Uma parte do relatório da CNV foi dedicada a essa questão. Não há, porém, o registro dos que foram mortos no campo: trabalhadores rurais, homens do campo, que não tinham ainda carteira assinada e que foram mortos às vésperas, no decorrer e depois do golpe. Os mesmos foram perseguidos, mas a repressão no campo não está bem quantificada, pois não há registros.

Estamos voltados para a questão da justiça, que é o tema que interessa ao público. Também importante é a questão da autoria, não a autoria de todos que cometeram crimes, mas o que foi possível colher através de depoimentos e documentos. Usamos um legado que recebemos do projeto Brasil Nunca Mais. O relatório fala da estrutura que foi montada no Estado brasileiro para a prática da repressão, fala das graves violações aos direitos humanos, dos crimes, da questão da autoria e da posição particularizada dos casos de presos, mortos e desaparecidos. Uma das dúvidas é se a ditadura foi militar com participação de civis; e há outra, a respeito de como as Forças Armadas podem se democratizar. A ditadura, portanto, foi

civil-militar. Os militares foram testas-de-ferro de um movimento civil, formado por grandes empresários, e pelos interesses de multinacionais, a grande indústria e também bancos. A formação desse núcleo civil e militar é de direita, conservador, repressivo, e não quer uma política mais popular, uma política de caráter nacional. E não quer, também, a entrada do povo também no mercado. É uma sociedade fechada, exclusiva. Isso vem desde a era Getúlio, que se suicidou. Nessa época, eles começaram a se organizar como um grupo de civis, e criaram a Escola Superior de Guerra e lideraram uma campanha, sobretudo na década de 60, estando os empresários paulistas à frente. Esse movimento civil-militar começou a ficar muito preocupado por demais com as reformas de base de João Goulart e com a movimentação dos trabalhadores, que reivindicavam mais direitos e melhores condições de vida e mais salários. Até filmes eles fizeram para passar na TV, nas praças do interior e nas telas do cinema, a fim de fomentar a ideia de que o Brasil estava um caos e em desordem, e que o importante para o país progredir era que cada um se ocupasse do seu ofício, cabendo à classe trabalhadora trabalhar mais para que as coisas dessem certo.

## FA

Que avaliação poderá ser feita da Lei da Anistia? A sua revisão é pedida pelo relatório da CNV?

## Rosa

Queremos que não se deixe de utilizar alguns instrumentos no que se refere à punição e identificação de agentes públicos, militares ou civis, pelos crimes que cometeram. É em relação aos crimes conexos que a Lei da Anistia não deve perdurar, não deve mais ser aplicada. Ou seja: a Lei da Anistia não deve se aplicar aos agentes públicos, sejam civis ou militares, que cometeram graves violações ou crimes de lesa-humanidade.

## FA

O trabalho da CNV pode ser classificado como um acerto de contas com o passado?

## Rosa

Depende do que queira significar o termo acerto de contas com o passado. O que estamos fazendo é uma revisão histórica desse passado, da violência praticada pelos agentes do Estado, de modo a identificar os crimes, para que não se repitam nunca mais, seja na forma de uma ditadura, ou na forma de graves violações praticadas fora da ditadura. É um trabalho para conduzir o Brasil a uma democracia estável. É importante que a sociedade compreenda que nada justifica a tortura. A tortura aplicada aos filhos da classe média e aos perseguidos políticos é a mesma contra os meninos de rua que se

***Em 1964, a legislação surgiu para subordinar a classe trabalhadora, para torná-la mais produtiva, para explorá-la mais, havendo todo um processo de destituição dos trabalhadores e de seus sindicatos, com intervenções, demissões e cassações***

**Qualquer semelhança com a realidade atual do país não é mera coincidência, porque eles sabem que esse método dá certo e já foi testado em outros momentos**



tornaram jovens infratores, e esse método é intolerável em qualquer caso.

A história que nos interessa é a da construção da democracia, não aquela de ter os três poderes funcionando, mas a de uma vida civilizada ao alcance de todos os estratos da sociedade.

## FA

Qual a razão dos crimes da ditadura militar contra a classe trabalhadora continuarem impunes?

## Rosa

Em geral, os crimes praticados contra opositores e perseguidos políticos continuam impunes. Agora, as ofensas à classe trabalhadora permaneceram menos visíveis que as praticadas contra os outros segmentos. No âmbito da CNV, foi formado um GT para pensar sobre o que tinha acontecido com a classe trabalhadora durante o período. Foi feita toda uma análise das várias questões e dimensões nas quais a classe trabalhadora foi vítima primordial da ditadura, um golpe implantado especialmente por uma razão de natureza econômica. Não foi somente conter, controlar desmandos, agitação política, o

objetivo foi mudar a natureza do regime econômico que vigorava no país.

Foi estabelecida a ditadura dentro do trabalho, empresas estatais foram militarizadas ou administradas com uma disciplina cada vez mais militarizada. Houve crescimento no número de acidentes de trabalho nesse período.

## FA

Que lições a sociedade brasileira poderá tirar do embate entre os dois períodos: ditadura e democracia?

## Rosa

Não só o período iniciado em 1964 com a ditadura militar, sucedido depois por governos civis, ou em 1988, quando houve uma Constituição democrática. Há, também, um período anterior, o de 1946, com Getúlio Vargas. Em todos houve problemas, tendo em vista que a democracia na época era muito frágil e instável, e existiam várias tentativas de golpe. Não só o período de 1961, mas também, em 1955, quando não queriam que Juscelino Kubitschek tomasse posse. Houve, nessa

época, dois movimentos chamados, respectivamente, de Aragarças e Jacareacanga, ambos duas tentativas de golpe, também.

De qualquer forma, uma democracia é sempre melhor do que uma ditadura. Isto porque numa democracia, há espaço para lutar, para discutir, para conquistar e inventar direitos e melhorar as condições de vida. É preciso, portanto, ampliar o espaço democrático. Em uma ditadura, tudo fica muito mais difícil, muito mais controlado, vigiado, impedido. Isso é um tipo de consideração. Por outro lado, não há como deixar de comparar que os níveis de desigualdade no Brasil se alteraram muito depois da ditadura. Tivemos momentos de crescimento do PIB, na época da ditadura, as taxas de desigualdades permaneceram muito altas durante todo o período, o que deixou um legado econômico maldito. Aqueles planos todos - Cruzado e Collor - foram resultado disso, quando o Brasil ficou numa situação econômica deplorável. Isto sem falar na inflação galopante. No entanto, conseguimos reconstruir o país socialmente, reduzindo o nível de desigualdade.



No aniversário de 154 anos da Caixa, entidades e empregados protestaram em frente ao prédio da matriz, em Brasília

## Entidades reforçam mobilização por uma **Caixa 100% pública**

O sinal vermelho foi aceso já em dezembro do ano passado, quando apareceram as primeiras informações de possível abertura do capital do banco. Enquanto aguarda a solicitada audiência com o governo, movimento sindical e associativo intensifica ações para conscientizar os empregados e a sociedade sobre a importância da empresa continuar 100% pública

Os últimos dias de 2014 foram agitados pela informação veiculada pela imprensa de que a presidenta Dilma Rousseff pretende abrir o capital da Caixa Econômica Federal. A informação não foi confirmada ou detalhada pelo Palácio do Planalto, mas também não foi negada. Bastaram os primeiros boatos para que as principais entidades do movimento sindical e associativo dos empregados do banco se movimentassem no sentido de defender a manutenção da Caixa como 100% pública.

Em 23 de dezembro, a Fenaef, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT), a Central Única dos Trabalhadores



(CUT), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a Intersindical e a CSP-Conlutas protocolaram ofícios solicitando audiência com o governo federal, a fim de solicitar esclarecimentos sobre o tema. Os documentos foram apresentados à Presidência da República, à Secretaria-Geral da Presidência, ao Ministério da Fazenda e à Presidência da Caixa.

**“Temos a informação de que Dilma já despachou o ofício ao ministro Miguel Rossetto, que está fazendo intervenções para garantir uma audiência em fevereiro”,** afirma Fabiana Matheus, coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/ Caixa-Contraf/CUT) e diretora de Administração e Finanças da Fena. O presidente da Federação, Jair Pedro Ferreira, diz: **“A Caixa é um patrimônio do povo brasileiro. É fundamental que a empresa continue 100% pública e com esse forte papel social, atuando todos os dias para melhorar a vida das pessoas”.**

A Caixa completou 154 anos no dia 12 de janeiro. A data foi marcada por várias manifestações em unidades pelo Brasil afora, mobilizações que vêm se intensificando desde então. Para o presidente da CUT, Vagner Freitas, o banco não pode ser enfraquecido. **“Sob controle do Estado, a Caixa tem liberdade para estabelecer políticas de apoio ao crédito, à habitação, e de intervenção na economia”,** lembra. Carlos Cordeiro, presidente da Contraf/CUT,



atesta: **“não é com a abertura de capital da Caixa que o Brasil vai retomar o caminho do desenvolvimento econômico e social”.**

Emanuel Souza, dirigente da CTB, avisa: **“a abertura do capital não passará, porque, assim como fizemos na década de 90,**

**vamos para a sociedade mostrar a importância da manutenção da Caixa 100% pública”.** Wilson Ribeiro, da CSP-Conlutas, frisa: **“está claro que o projeto para os trabalhadores é completamente diferente do projeto dos empresários e banqueiros. Na verdade, é o oposto”.** O secretário-geral da Intersindical, Edson Carneiro, avalia: **“a unidades dos trabalhadores no diálogo com a sociedade e na pressão sobre o governo é necessária a fim de fortalecer a empresa e garantir seu caráter 100% estatal”.**

## Seminário nacional

As principais entidades representativas dos trabalhadores vão realizar, no final de fevereiro, em Brasília (DF), um seminário nacional em defesa da manutenção da Caixa 100% pública. Até o fechamento desta edição da Fena. Agora os detalhes do evento ainda não haviam sido divulgados. **“Não há motivo para a abertura de capital do banco. Essa é a nossa posição, e vamos continuar lutando para que o governo desista de abrir espaço para a iniciativa privada, o que coloca em risco os avanços sociais da última década. A Caixa é 100% pública há 154 anos, e assim tem de continuar”,** conclui Jair Pedro Ferreira.

*Manifestações em todo o Brasil reforçam, diariamente, a defesa de uma Caixa 100% pública*





*Em 2005, crianças desnutridas...*



*Atualmente, elas têm mais acesso a saúde e educação*

## Após avanços em Caraúbas do Piauí, **Movimento Solidário** prepara nova etapa

Oito anos após a chegada do programa de responsabilidade social da Fenaé, da PAR Corretora de Seguros e do Grupo PAR, o município registra avanços no IDH e em indicadores de saúde, educação, emprego e respeito ao meio ambiente. Por isso, é hora de o Movimento Solidário atuar em outra cidade, que será escolhida com a colaboração das Apcefs



*A horta comunitária surgiu em 2006, logo após a chegada do Movimento Solidário*



*População hoje tem acesso a saúde bucal*



*Associados da Aproveite em uma das entregas para a empresa de laticínios*

Uma verdadeira transformação. Assim pode ser definido o que aconteceu em Caraúbas do Piauí, cidade localizada a 255 quilômetros de Teresina (PI). De acordo com os dados mais recentes, divulgados em 2013, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,505, considerado médio. Hoje, praticamente todas as crianças estão com a vacinação em dia, e a desnutrição entre menores de dois anos quase não existe. Mas nem sempre foi assim.

Em 2005, Caraúbas tinha 5.427 habitantes e o 18º pior IDH do Brasil. Mais de 80% da população vivia com menos de US\$ 1 por dia. Apenas 15% dos jovens de 15 a 24 anos eram alfabetizados, e o desemprego afetava 89% deles. Quase 11% das crianças com até dois anos estavam desnutridas. Enfim, uma realidade que precisava mudar.

Foi por tudo isso que naquele ano o Movimento Solidário, programa de responsabilidade social da Fenaé, da PAR Corretora de Seguros e do Grupo PAR, escolheu a cidade piauiense para desenvolver ações que proporcionassem melhor qualidade de vida para a comunidade. **“Entre os valores da Federação estão o respeito e a promoção dos direitos humanos, da solidariedade e do bem-estar da sociedade. Os dados atuais mostram que adotar Caraúbas foi uma decisão muito acertada”**, diz o presidente da Fenaé, Jair Pedro Ferreira.

Mas essa revolução em Caraúbas do Piauí só foi possível graças a uma junção de esforços, tudo articulado pelo Movimento Solidário. **“As campanhas realizadas na plataforma Mundo Caixa, nas quais os empregados da Caixa doaram pontos para o programa, foram fundamentais para o sucesso das ações realizadas em Caraúbas. A categoria sempre entendeu a importância de mudar a vida daquele município”**, afirma Denise Viana Alencar, analista de Responsabilidade Social da Fenaé, envolvida no trabalho desde o início.



*O serviço Caixa Aqui também chegou a Caraúbas do Piauí depois de 2005*



Funcef e ONG Moradia e Cidadania doaram computadores para o telecentro, em 2007

Em 2006, surgiu a horta comunitária, com terreno doado pela Prefeitura. No ano seguinte, foi criada a Associação dos Produtores de Leite da Comunidade Rosário (Aproleite), que atualmente produz mais de 10 mil litros de leite por dia. Um dos tanques de resfriamento e um kit de inseminação artificial foram comprados graças às doações dos empregados da Caixa. Já em 2008, veio a Cooperativa das Artesãs Mãos que Fazem (Coopearte), que vende produtos para todo o país. Três bibliotecas, uma padaria e um minipolo de confecções também foram implantados graças à mobilização dos bancários e das bancárias da Caixa.

O resultado do empenho de tantos parceiros não poderia ser diferente. Após oito anos de atuação do Movimento Solidário, Caraúbas do Piauí tem hoje condições e autonomia para trilhar o próprio caminho. É o que afirma a líder comunitária Joana Portela. **“A principal ajuda que a Fenaé trouxe foi incentivar a formação de associações e cooperativas. Hoje, temos trabalho, nosso ganha-pão. E está tudo dividido: tem um grupo que compra, outro que vende e ainda tem um para produzir. Estamos tão organizados que o nosso trabalho não vai acabar, porque conhecemos nossos direitos e sabemos reivindicar”**, comemora.

## Próximos passos

O Movimento Solidário prepara agora a próxima etapa. É o que explica Natascha Brayner, diretora de Comunicação e Imprensa da Fenaé. **“Diante de tudo que foi realizado em Caraúbas e da nova realidade, é hora de deixarmos o município e atuarmos em outro. Apesar da melhoria econômica e social do Brasil na última década, ainda há cidades com IDH baixo e com altos índices de mortalidade, analfabetismo e desnutrição”**, frisa.

O local ainda não está definido. A Fenaé solicitou que as Apcefs de todo o país apontem alguns municípios, seguindo critérios como IDH até 0,499, menos de 10 mil habitantes e indicadores com carência em saúde, educação e saneamento. **“Pedimos as indicações até 6 de fevereiro. Só depois é que decidiremos o próximo destino do Movimento Solidário, onde vamos escrever um novo futuro para novas pessoas. E, mais uma vez, queremos contar com o essencial apoio milhares de empregados e aposentados da Caixa”**, ressalta Jair Pedro Ferreira.

Quer saber mais? Acesse o endereço **[www.programamovimentosolidario.com.br](http://www.programamovimentosolidario.com.br)**, conheça o jeito Fenaé de mudar o mundo e participe dessa corrente do bem!





*Bancários de Brasília participam de uma das assembléias realizadas na capital*

## Conquistas importantes marcaram a **campanha salarial 2014**

Mais uma vez, bancários de todo o país mostraram mobilização, unidade e maturidade. Avanços foram além das questões econômicas. E nos itens em que falta avançar, a luta continua na mesa de negociação permanente

**O**s bancários de todo o país fizeram mais uma campanha salarial vitoriosa. A categoria conseguiu, pelo 11º ano consecutivo, o aumento real de salário, o maior não escalonado desde 1995, superando a marca de 20% de reajustes acima da inflação desde 2004. Além das conquistas financeiras, houve avanços significativos em cláusulas sociais e relacionadas à saúde como a adoção de mecanismos de combate às metas abusivas e ao assédio moral. A cobrança de metas passará a ser proibida não somente por mensagens de celular, mas também por qualquer outro tipo de aparelho ou plataforma digital.

Dentre as conquistas da Campanha Nacional Unificada 2014, estão os reajustes para os salários e demais verbas de 8,5% (aumento real de 2,02%), de 9% para o piso (2,49% acima da inflação) e de 12,2% para o vale-refeição (5,5% de ganho real). A Participação nos Lucros e Resultados (PLR) foi mantida, com o pagamento da regra básica: 90% do salário mais R\$ 1.837,99, limitado a R\$ 9.859,93. Se o total ficar abaixo de 5% do lucro líquido, salta para 2,2 salários, com teto de R\$ 21.691,82. Já a PLR parcela adicional será de 2,2% do lucro líquido dividido linearmente entre todos, limitado a R\$ 3.675,98. A primeira parcela da PLR foi paga no dia 20 de outubro. A segunda será creditada até 2 de março desse ano.

Os bancos vão divulgar ainda a cláusula de extensão dos direitos aos casais homoafetivos, informando que a opção deve ser feita diretamente com a área de RH de cada instituição financeira, e não mais com o gestor imediato, a fim de evitar constrangimentos e discriminações. Foi firmado, também, o compromisso de realizar uma campanha, junto aos bancários, de



*Empregados da área de TI protestaram na entrada do hotel onde ocorreram as negociações com a Caixa*

combate ao assédio sexual, e debater com o movimento sindical a reabilitação profissional dos trabalhadores afastados por problemas de saúde.

Destaca-se, além disso, a cláusula sobre o combate às metas abusivas. Ficou estabelecido o compromisso dos bancos no sentido de que o monitoramento de resultados ocorra com equilíbrio, respeito e de forma positiva para prevenir conflitos nas relações de trabalho. Ficou proibida, também, a cobrança de metas não apenas via mensagem de celular (SMS), mas por qualquer tipo de aparelho ou plataforma digital.

**“Tivemos conquistas importantes na campanha salarial 2014, consolidando um processo que vem desde 2003. Tudo isso graças à forte mobilização nacional, na qual os empregados mostraram grande capacidade de luta e maturidade. Nas questões em que faltam avanços, a luta continua na mesa de negociação permanente. Inclusive, com a realização de novas mobilizações, quando necessário”**, destaca a coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa-Contraf/CUT), Fabiana Matheus.

Na Caixa, além das conquistas da mesa unificada, os trabalhadores asseguraram a contratação de mais dois mil novos empregados até dezembro de 2015, e a manutenção da PLR Social, que equivale a 4% do lucro líquido, distribuídos igualmente entre todos os empregados, e garantia, no mínimo, de uma remuneração-base para todos. Outra conquista específica importante foi a aplicação do índice

de reajuste de 9% (2,5% de ganho real) no Plano de Cargos e Salários.

Ficou assegurado, ainda, o pagamento de um delta para todos os trabalhadores, conquista prevista na cláusula 48 do Aditivo ao Acordo Coletivo (ACT/2014). No decorrer do ano, o banco se negou a debater sobre a sistemática da promoção por mérito, e não iria realizá-la em 2014. Nas negociações, as representações dos trabalhadores reverteram essa situação. Os reflexos positivos foram sentidos já no primeiro pagamento do ano, creditado no dia 20 de janeiro.

Financeiramente, a conquista de um delta para todos os empregados representa acréscimo de 2,34%, em média, às referências do PCS já reajustadas em 1º de setembro de 2014. Acumulados, o reajuste salarial de 9% e o delta de merecimento equivalem a um aumento de 11,55%. Outro avanço obtido na campanha salarial foi o compromisso da Caixa de começar a debater a sistemática da promoção para 2016 já em janeiro de 2015.

Para Jair Pedro Ferreira, presidente da Fenae, merece destaque o fato das propostas na Caixa e na Fenaban terem sido contruídas em mesa de negociação, como resultado de uma greve vitoriosa. **“O movimento enfrentou condições adversas e conquistou avanços fundamentais, demonstrando novamente o acerto da estratégia de negociações unificadas”**, diz.

# Outras conquistas

## Vale Cultura

O benefício que contemplava apenas quem recebia até cinco salários mínimos passa a ser concedido também aos empregados com até oito salários mínimos, beneficiando, assim, cerca de 52 mil trabalhadores.

## Horas extras

A partir de 2 de janeiro de 2015, haverá o pagamento de 100% das horas extras realizadas em agência com até 20 empregados, inclusive para os tesoureiros com lotação física nessas unidades. No acordo anterior, essa regra contemplava apenas as agências com até 15 trabalhadores, facultando ao empregado a opção pela compensação.

## Incentivo à elevação da escolaridade

Suspenso em 2014, esse benefício voltou ao Acordo Coletivo. Em 2015, está previsto que a Caixa disponibilizará o total de 1.600 bolsas, sendo até 300 para graduação, até 500 de pós-graduação e até 800 de idiomas.

## Agência Barco

A Caixa concederá até três dias úteis de descanso adicional ao empregado até a semana subsequente ao retorno de um ciclo de trabalho em agências barco. Antes, eram dois dias.

## Escala de revezamento

A Caixa assegurará também regime de escala de revezamento a empregados lotados em unidades que, por força do processo de automação bancária ou em razão de características das atividades, tenham de funcionar interruptamente e/ou habitualmente. Essa era uma demanda antiga de setores como TI e Telemarketing.

## Tecnologia da Informação

A Caixa se comprometeu a apresentar, no primeiro semestre de 2015, na mesa de negociação permanente, proposta para a política de retenção de talentos da TI.

**A íntegra do Acordo Coletivo de Trabalho Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2014/2015 pode ser consultada no site da Fenaé. Leia o documento e fique por dentro de todas as conquistas da campanha salarial do ano passado.**





*Reunião do Fórum Paritário sobre Condições de Trabalho*

## Luta por **novas conquistas** segue na mesa de negociações permanentes

As reuniões foram retomadas no final de outubro. Uma das principais cobranças foi o respeito ao GT Saúde e ao Conselho de Usuários do Saúde Caixa, que ainda não tiveram acesso a todos os dados financeiros do plano de saúde dos empregados do banco

**E**ncerrada a campanha salarial, as negociações permanentes com a Caixa já foram retomadas. A primeira reunião, realizada em 30 de outubro, teve um único ponto de pauta: a incorporação do REB ao Novo Plano da Funcef. A Caixa se comprometeu a apresentar a proposta de metodologia que foi formulada por um grupo tripartite formado por representantes da Fundação, da Caixa e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Aprovada pelas instâncias da Funcef (Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo), a proposta foi encaminhada à Caixa. Após ser aprovada pelos Conselhos Diretor e de Administração do banco, volta a ser apreciada pelos órgãos controladores. Na ordem, o Departamento Nacional de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest) e a Previc.

A metodologia formulada pelo grupo tripartite atende aos princípios defendidos pelas entidades representativas dos empregados e aposentados, resguardando os direitos e obrigações dos associados ao



REB e ao Novo Plano. Para os assistidos está prevista uma redução na taxa de administração, e eles passam a ter direito ao Fundo de Revisão de Benefícios, existente no Novo Plano. Já para os empregados ativos, há a perspectiva de melhores benefícios.

**“Essa é uma reivindicação dos trabalhadores desde 2006, quando foi implementado o Novo Plano. Ao longo desses anos, são quase 13 mil participantes que estão acumulando prejuízos, porque poderiam estar em um plano de benefício melhor”**, frisou a coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa-Contraf/CUT), Fabiana Matheus.

## GT Saúde Caixa e Gipso

A segunda reunião da mesa permanente, ocorrida no dia 28 de novembro, foi marcada pelo protesto da CEE/Caixa-Contraf/CUT contra o tratamento que o banco tem dado ao GT Saúde e ao Conselho de Usuários do Saúde Caixa. A Comissão cobrou agilidade e transparência na divulgação dos dados relativos ao superávit do plano de saúde.

No aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2014/2015, ficou definido que até o dia 15 de dezembro seria debatida no GT, instância formada por

representantes da empresa e dos trabalhadores, uma proposta de metodologia de utilização do superávit. No entanto, ainda não houve avanços nas discussões, porque os números apresentados pela Caixa foram insuficientes. A reivindicação do movimento nacional dos empregados é para que todos os dados relativos às receitas e despesas do Saúde Caixa, desde a época em que o plano foi criado, em junho de 2004, sejam apresentados mês a mês.

Desde 2009, a Caixa não repassa as informações atuárias do plano de saúde ao Conselho de Usuários. **“O respeito aos dois colegiados (GT Saúde e Conselho de Usuários) e a transparência nos debates são fundamentais para assegurar o acompanhamento da gestão do plano de saúde, sempre com o objetivo principal de fortalecer o Saúde Caixa”**, destaca Fabiana Matheus, que também é diretora de Administração e Finanças da Fena.

Outro ponto que dominou as discussões da negociação permanente foi a reestruturação da Gerência de Programas Sociais (Gipso). A CEE/Caixa-Contraf/CUT cobrou da Caixa que os empregados da área não sejam prejudicados com a reestruturação, além da manutenção da comissão dos trabalhadores que quiserem permanecer em suas cidades.



*Reunião do GT Saúde Caixa discute, entre outros temas, o uso do superávit do plano de saúde*



# Democracia, alicerce de um projeto de **Brasil** de novo tipo

Legados deixados pela ditadura civil-militar precisam ser superados. Sociedade deve aprender com a história, para não permitir que experiências autoritárias se repitam. O remédio prescrito é o da democratização do Estado

**R**esgatar o passado é uma maneira de evitar velhos erros. O Brasil de hoje, apesar de estar experimentando um choque de democracia como nunca antes em sua história, e de já estar trilhando um novo estilo de desenvolvimento, ainda encontra dificuldades para superar os legados deixados pela ditadura militar. Os sistemas de segurança vigentes no aparelho estatal, em todos os seus níveis, são baseados na cultura da repressão, do autoritarismo e da violência. O combate a essa herança passa pelo fortalecimento do Estado Democrático de Direito, o que exige que o passado seja revisitado, a história da sociedade e de suas instituições recontada e os torturadores

e assassinos exemplarmente punidos.

Cinco décadas atrás, o país experimentava o mais longo e duro período de uma ditadura, que perduraria por 21 anos. O golpe planejado pelas forças militares ocorreu em 31 de março de 1964, e contou com o apoio tácito dos Estados Unidos, o que deflagrou, a partir daí, todo um movimento orquestrado contra a democracia e a cidadania na América Latina.

De 1964 a 1985, o Brasil enfrentou um regime civil-militar severo. Os números não revelam toda a verdade, mas estima-se que 434 pessoas foram mortas, a maioria sob tortura, e milhares de outras foram perseguidas e desapareceram, enquanto a sociedade era submetida a um período de arrocho, terror, censura e medo. **“Quem não aprende com a história permite que ela se repita. Os anos de chumbo devem servir de referência para que as novas gerações avancem na consolidação da democracia”**, diz Jair Pedro Ferreira, presidente da Fenae. Para ressaltar esse princípio, ele cita o economista Celso Furtado (1920-2004), que afirmou certa vez que **“uma nação justa e soberana só nasce se enfrentar as suas provas cruciais”**.

## Não dá para esquecer o passado

Na transição para a democracia, diferentemente do que ocorreu em países como Argentina, Chile e Uruguai, que também passaram por governos militares no mesmo período, o Brasil pulou a etapa de julgar e punir os agentes públicos que violaram os direitos humanos. Naquele momento, a opção foi por uma política de indenizações, para reparar “economicamente” os danos causados às famílias que tiveram seus entes desaparecidos, assim como para reparar o sofrimento das próprias vítimas de graves violações aos direitos humanos.

A Lei da Anistia foi aprovada pelo Congresso Nacional em 1979 e serviu de mecanismo para que os que cometeram crimes políticos, e até mesmo os torturadores, não fossem punidos judicialmente. Diante disso, entidades como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) lutam para que esse passado não seja esquecido.

Para Fabiana Matheus, diretora de Administração e Finanças da Fenae e coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa), “não há tempo para ter medo, pois a democracia rejeita a



revanche, mas exige justiça”. Ela lembra que não há mais espaço para retrocessos e acrescenta: **“A hora é de ampliar a luta por justiça, reparação e pelo resgate da história do movimento dos trabalhadores por uma sociedade efetivamente democrática, autônoma e com o jeito de todos os seus cidadãos”**.



## Essência conservadora da ditadura militar

É consenso entre pesquisadores de diversas áreas do conhecimento a tese de que a ditadura militar serviu para garantir a expansão do desenvolvimento capitalista brasileiro, definido a partir de Juscelino Kubitschek. Nesse processo, o maior peso foi dado para a industrialização massiva, dinamizada pelo capital internacional em proveito de diferenciais do mercado interno, estabelecidos pelo dueto: concentração de renda e exploração do trabalho.

Os problemas que surgiram desse período, traduzidos em crescimento econômico desacelerado, redução da taxa de investimento, aumento da desigualdade, desemprego e estatização da dívida externa, foram resultados de uma rota desenvolvimentista antinacional, antidemocrática e antissocial. A ditadura fundou o Banco Central e organizou as fusões bancárias que originaram os grandes conglomerados financeiros privados do país. Nessa época, inclusive, nasceu a associação tripartite empresa multinacional - empresa estatal - grande empresa privada nacional, formando, então, a moderna empresa capitalista no Brasil.

Esse modelo conservador e autoritário mostrou-se nocivo para a classe trabalhadora, o principal alvo da ditadura civil-militar. O poder de compra dos salários foi bastante reduzido ao longo do período. Essa situação foi resultado da repressão direta sobre o movimento sindical, da tutela estabelecida sobre a Justiça do Trabalho e da corrosão provocada pela inflação persistente. Comuns ainda eram as graves violações de direitos humanos, as prisões sem base legal, a tortura e as mortes decorrentes, as violências sexuais, as execuções sumárias, as ocultações de cadáveres e os desaparecimentos forçados.

Essas violações, como foram praticadas de forma ampla, planejada e sistemática contra a população, fazem parte do repertório de crimes contra a humanidade. Outra herança maldita do período militar é a execução sumária do suspeito, do favelado e do bandido por meio dos autos de resistência, aquele procedimento em que a PM mata, executa e simplesmente notifica a vítima como morta, utilizando-se do pretexto de que houve reação à prisão ou confronto contra as forças policiais.

**“É preciso reafirmar que ataques aos direitos sindicais e trabalhistas, levados adiante por governos**



**militares e empresários aliados, a exemplo da lei antigreve, lei do arrocho salarial e fim da estabilidade no emprego, não são mais bem-vindos e contrariam um projeto de Brasil de novo tipo”,** admite Natascha Brayner Sobreira, diretora de Comunicação e Imprensa da Fenaee. Ela, aliás, considera fundamental a investigação dos crimes cometidos pela ditadura militar, a fim de que o legado do ciclo autoritário seja superado.





Natascha Brayner lembra que a Comissão Nacional da Verdade (CNV), instalada em maio de 2012 e que concluiu seus trabalhos em dezembro de 2014, por iniciativa da presidenta Dilma Rousseff, apurou e esclareceu, indicando as circunstâncias e a autoria, as graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988, período entre as duas últimas constituições democráticas brasileiras. O objetivo, segundo ela, foi o de efetivar o direito à memória e a verdade histórica, na tentativa de promover a reconciliação nacional.

Sem dúvida, o reencontro do Brasil com sua história passa pela desmilitarização das PMs, revisão da Lei da Anistia e punição para empresários e empresas, públicas e privadas, que colaboraram com o regime de exceção. Um dos grupos que compôs a CNV, o GT Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical, que teve participação ativa da CUT, defende que o Estado brasileiro acate as normas do direito internacional sobre crimes contra a humanidade e ratifique diretrizes da ONU sobre a imprescritibilidade de tais crimes. Também é proposta a não aplicação da Lei da Anistia para os casos de graves violações de direitos humanos, de forma a permitir a punição de agentes públicos, e a revogação da Lei de Segurança Nacional.



## Transição da ditadura para a democracia

Em um primeiro momento, a transição da ditadura para a democracia ocorreu via Colégio Eleitoral e, depois, por meio de um Congresso Constituinte eleito segundo as regras do jogo, definidas pela própria ditadura. Não houve nem eleições diretas e tão-pouco Assembleia Constituinte exclusiva e soberana, como reivindicavam as forças políticas comprometidas com o aprofundamento da democracia. Isto esteve refletido no governo da “Nova República” de José Sarney, ex-presidente do PDS, que acentuou as tendências continuístas da transição conservadora.

A ascensão do neoliberalismo no país é irmã siamesa desse processo, tendo nas figuras de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso os condutores de um novo pacto histórico entre liberais e conservadores, com prejuízos danosos para o país e sua população. Isto significou o domínio da economia sobre a política, atrelando os princípios democráticos aos imperativos da globalização financeira, com o viés de privatização do patrimônio público.

Lastreado no crescimento que o elevou à sexta economia do mundo e na redução das desigualdades, devido ao aumento do emprego e dos programas sociais nos últimos 12 anos, o Brasil vive, hoje, outro momento, tendo a democracia como alicerce. Esse processo foi deflagrado em 2003 com a instauração de um novo ciclo para o país, representado por um

governo democrático-popular. Como resultado disso, pendências novas e antigas se misturam em meio a um cenário mundial adverso.

**“Compreender essa realidade é decisivo para que o Brasil avance rumo a um patamar de ditadura nunca mais, seja a militar ou a de capital. As últimas eleições presidenciais mostraram que a disputa ocorre entre democracia e autoritarismo, entre direitos sociais e elitismo. Se o país é uma democracia, isto se deve em grande parte à luta dos movimentos sociais e da classe trabalhadora”,** avalia Clotário Cardoso, vice-presidente da Fenaec.

## Construção da democracia social sem fim

Contra o velho vício do autoritarismo, o movimento nacional dos empregados da Caixa Econômica Federal prescreve o remédio da democratização radical do Estado e da sociedade. Não mudanças formais, mas uma série de medidas aperfeiçoadoras da chamada democracia representativa, com valorização de novas formas de democracia direta. Fica também a lição, a julgar pelos acontecimentos dos últimos anos, que não há Justiça que seja adequada

se o Poder Judiciário for anacrônico, centralizado e imune a qualquer controle que possa ser exercido pelos cidadãos.

Jair Pedro Ferreira esclarece que a Fenaec é a favor de uma democracia social sem fim, representativa e participativa, cujo centro seja a vida de toda a população. “Ao Estado mínimo dos neoliberais e dos conservadores de ontem e de hoje, e ao Estado que tudo pode e dos regimes totalitários de sempre, é vital opor o Estado com democracia”, diz. Ele lembra que, no passado, as reformas de base de João Goulart (1918-1976) foram o alvo, hoje são o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida, mostrando que mudam apenas os personagens, mas as mensagens e os propósitos permaneçam os de sempre.

O presidente da Fenaec afirma que **“o maior desafio hoje, para evitar golpes dentro do Estado de direito, é promover e introduzir a democracia em todos os poros da sociedade brasileira”. Segundo ele, o país não precisa de menos governo e nem de menos Estado, mas quer “ruptura com a lógica neoliberal da austeridade fiscal e da ditadura da mídia, partilha equitativa do trabalho e da riqueza, democratização de todas as instâncias da vida pública, defesa dos direitos sociais e dos serviços públicos”.**



*O relatório final da CNV foi entregue à presidenta Dilma Rousseff no dia 10 de dezembro*

O ano de 2014 foi muito produtivo no que diz respeito à nossa participação no Conselho de Administração (CA) da Caixa. Desde que assumimos como representantes dos empregados, em março, já foram realizadas 26 reuniões. Foram discutidos temas importantíssimos referentes à gestão da empresa. É no CA que são definidos, entre outros, os desafios, os objetivos e as diretrizes do banco. E é fundamental que os mais de 100 mil empregados estejam representados nesse fórum. Sobretudo em momentos como os vividos recentemente, em que precisamos defender a Caixa como banco público e com forte papel social.

Por medida legal, não podemos divulgar o conteúdo dos encontros ocorridos em Brasília. Mas, em resumo, podemos citar que tratamos de assuntos como nomeações de vice-presidentes em exercício, Comitês de Delegados do Conselho Diretor, comunicações realizadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), prestações de contas, relatórios de auditorias, representação da Caixa na Funcef, números do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e proposta orçamentária para 2015.

Vale lembrar que a lei 12.353, de 28 de dezembro de 2010, e o Estatuto da Caixa estabelecem que os representantes dos trabalhadores no Conselho de Administração não participam das discussões e das deliberações que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios, vantagens e matérias assistenciais e de previdência complementar. O argumento é de que haveria conflito de interesse. Isso, porém, não diminui a relevância de integrarmos o CA. Afinal, questões macro da empresa impactam diretamente no dia a dia dos empregados e, claro, na preservação de direitos e conquistas da categoria.

Graças à atuação do movimento nacional dos trabalhadores da Caixa, tivemos uma vitória expressiva no final do mês de outubro. Mais precisamente no dia 30, o Conselho aprovou a participação da representante suplente dos empregados nas reuniões. Até então, apenas o titular tinha essa prerrogativa. Foi uma batalha de sete meses, iniciada assim que tomamos posse. E não tinha porque não acontecer, já que a presença do suplente nos debates já ocorre em outros colegiados, como no Conselho Deliberativo da Funcef. Juntos, teremos mais força



na luta por uma Caixa melhor, com empregados mais valorizados. Essa é a nossa missão!

Também se faz necessário ressaltar as tantas outras atividades que realizamos ao longo de 2014. Foram reuniões nos locais de trabalho, visitas às entidades representativas e participação em eventos como o 30º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef), em São Paulo; o III Encontro Nacional de Isonomia, em Brasília, e o Seminário A Caixa Que a Gente Quer, também realizado na capital federal. Em todos eles, nos posicionamos em defesa da Caixa, mas, sobretudo, a favor dos trabalhadores.

Chegar no estágio em que estamos não foi fácil. Todos que acompanharam e participaram desse processo sabem bem. Primeiro, obtivemos o direito de eleger representantes no CA. Depois, em dezembro do ano passado, realizamos uma eleição direta, democrática e transparente, que mobilizou a categoria em todo o País. Após a vitória da nossa chapa, tivemos que aguardar quatro meses para tomar posse, que dependia de uma alteração no Estatuto da Caixa. Por fim, veio a presença da suplente nas reuniões.

Nossa participação no Conselho de Administração da Caixa é resultado da luta das entidades associativas e sindicais de todo o Brasil. Por isso, deve ser respeitada pela empresa e valorizada pelos empregados. Trabalhamos muito em 2014 e trabalharemos ainda mais nos próximos dois anos do nosso mandato. Nosso muito obrigado a todos que contribuem e acreditam no nosso sucesso à frente desse desafio. Contem conosco!

**Fernando Neiva** (titular)

**Maria Rita Serrano** (suplente)

Representantes dos empregados no CA da Caixa

## Reforma política democrática, para mudar o cotidiano de distorções no Brasil

**A**o assistirmos os noticiários da TV e do rádio ou quando lemos os jornais, é grande a quantidade de matérias com denúncias contra políticos. São de todos os tipos: fraudes, corrupção, desvios de verbas, caixa dois, entre outros. Muitas são verdadeiras, outras nem tanto, e algumas são apenas acusações vazias com a finalidade de desgastar um adversário. A mídia, ao generalizar o comportamento inadequado de alguns políticos, acaba por criminalizar a atividade política. Isso faz com que

muitas pessoas não queiram participar ou até mesmo se informar sobre o que acontece no país, o que é um grande erro, pois não existe outra forma da sociedade e o país se organizarem, se não for por meio desta. Somente através da participação da sociedade civil organizada é possível corrigir os erros, aperfeiçoar os acertos e punir o mal feito.

A participação deve ser a mais ampla possível, permitindo que todos os segmentos da sociedade estejam devidamente representados nas instâncias de poder, como Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, o que não acontece hoje. Os empresários, fazendeiros, banqueiros e todo o setor patronal ocupam a maioria absoluta desses espaços. Essa representação é distorcida, não contempla a média da população brasileira.

Precisamos aperfeiçoar os instrumentos de participação política por meio de uma ampla reforma política democrática, a fim de que possamos ter uma representação mais próxima possível da composição da sociedade. A atual legislação eleitoral privilegia a influência do poder econômico e promove certas distorções.

Em primeiro lugar, a reforma política deve acabar com as doações de empresas para as campanhas eleitorais, até porque empresa não vota, além de instituir o financiamento público de campanha e limitar ou acabar com as contribuições individuais. O financiamento das campanhas é, hoje, o núcleo da corrupção, porque quem doa, mais tarde, vai cobrar do governante e/ou parlamentar eleito.

Também é preciso acabar com as coligações nas eleições para deputados, senadores e vereadores. Para fortalecer os partidos e o debate dos programas, a votação deve ser na lista partidária. Isso vai estimular a participação dos eleitores nas legendas que tenham identidade, no debate e na formulação de propostas para o país.

Para que tenhamos êxito nessa reforma política democrática é preciso que seja feito um plebiscito, e uma Assembleia Constituinte exclusiva. Com esse Congresso Nacional que aí está, será difícil acontecerem mudanças significativas.

A CUT e os movimentos sociais estão em campanha pela reforma política democrática, pois, urgentemente, é preciso mudar a realidade. E só vamos conseguir com a participação de todos. Se nos omitirmos, outros ocuparão esses espaços em benefício próprio.

Vagner Freitas  
Presidente Nacional da CUT





## Eu Faço Cultura encerra 2014 levando **diversão e arte** para 13 cidades

Projeto de iniciativa da Fena e das Apcefs, ofereceu oficinas, cinema a céu aberto e apresentações de teatro e música. Tudo gratuitamente. A participação dos empregados da Caixa foi, mais uma vez, fundamental para o sucesso do EFC

**O** Eu Faço Cultura percorreu, em 2014, quase 7.800 quilômetros Brasil afora. Passou por 13 cidades e contemplou, direta e indiretamente, milhares de pessoas. De forma totalmente gratuita, levou arte e diversão para comunidades que têm pouco ou nenhum acesso às ações desse tipo. Por tudo isso, o resultado não poderia ser diferente: o EFC cumpriu, por mais um ano, o principal objetivo de democratizar a cultura no País. E a participação dos empregados da Caixa foi, novamente, fundamental para o sucesso da edição.



As atividades do Eu Faço Cultura começaram no Gama, cidade-satélite do Distrito Federal, em 19 de julho. Já a última parada ocorreu em São Luís (MA), no dia 13 de dezembro. Nesse período, o projeto passou ainda por Novo Hamburgo e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul; Sorocaba, Santos, Santo André e São José dos Campos, em São Paulo; Governador Valadares, Juiz de Fora,



Poços de Caldas e Montes Claros, em Minas Gerais; e Vitória (ES).  
**“As oficinas de dança, circo, percussão, artes plásticas e fotografia foram o grande destaque e atraíram muitas crianças, e também jovens e adultos. A Rua Brincante, as apresentações de teatro e música e as exibições de filmes garantiram diversão para toda a família. A receptividade e a participação das comunidades foram**



*Fabiana Matheus, Moacir Carneiro e Natascha Brayner, diretores da Fenae, acompanharam a abertura do EFC 2014, no Gama (DF)*



excepcionais nas 13 cidades pelas quais passamos. São áreas com fragilidades sociais, onde manifestações culturais fazem toda a diferença”, comemora Moacir Carneiro, diretor de Cultura da Fena.

Várias Organizações Não Governamentais participaram das atividades nas 13 cidades. Na capital capixaba, três ONGs foram até o Centro Esportivo Tancredão. Alexandra Silvestre, da ONG Crec com as Mãos, conta que a participação dos alunos foi positiva. **“Pelos corredores foi possível ouvir a troca de experiências de tudo que fizeram no Eu Faço Cultura. Eles vão aproveitar o que aprenderam nas oficinas”**, diz. **“Isso mostra o cunho social do projeto”**, atesta Moacir Carneiro.

## EFC 2015

Em 2015, o Eu Faço Cultura terá um novo formato, que já está sendo avaliado pelo Ministério da Cultura. Em linhas gerais, segundo o diretor de Cultura da Fena, a proposta é disponibilizar acesso gratuito a manifestações e bens culturais em todo o Brasil. **“É graças às destinações dos empregados da**



Caixa que conseguimos realizar tudo isso. Nosso muito obrigado a todos que contribuem. O EFC nos enche de orgulho, pois é hoje o maior projeto da área financiado com recursos do Imposto de Renda de Pessoa Física”, explica.

O Eu Faço Cultura é o resultado concreto da mobilização do Movimento Cultural do Pessoal da Caixa (MCPC), iniciativa da Fena e das Apcefs. A Lei Rouanet prevê a destinação de até 6% do IR devido para projetos culturais. Essa é a base de funcionamento do MCPC, que já engajou cerca de 30 mil dos 100 mil

empregados do banco. Ao longo dos sete anos de existência, mais de 60 cidades foram visitadas, com mais de 200 eventos realizados. Cerca de R\$ 31 milhões foram arrecadados e investidos, beneficiando mais de 50 instituições e 600 mil pessoas.

**Para mais informações  
acesse [www.fena.org.br](http://www.fena.org.br) ou [www.eufacocultura.com.br](http://www.eufacocultura.com.br).**



# Esclareça dúvidas sobre a Funcef

Tira dúvidas publicado no jornal **'Apcef/SP em Movimento'**, em dezembro do ano passado, trata do déficit da Funcef e o que ele pode ocasionar para seus participantes. Muito tem se falado sobre o assunto, mas a maioria das informações divulgadas, sobretudo nas redes sociais, traz dados distorcidos e equivocados

**Todos os participantes da Funcef terão de recolher contribuição adicional na hipótese de déficit?**

*Não. Cada plano tem suas reservas e compromissos avaliados separadamente. Assim, se houver contribuição adicional, essa contribuição será recolhida pelo participante do respectivo plano. A importância será igual para todos? Segundo informou a Funcef, o valor será fixo e terá por base montante do benefício e da reserva. Em tese, para cada participante um valor diferente de contribuição adicional.*

**Na situação atual, quais planos exigiriam equacionamento do déficit?**

*REG/Replan Não Saldado e REG/Replan Saldado.*

**Se houver contribuição adicional, o valor será recolhido em parcela única ou poderá ocorrer parcelamento?**

*A Funcef estima que contribuição adicional possa ser dividida em 168 meses (14 anos).*

**E quanto ao REB e ao Novo Plano?**

*Não há indicativo de necessidade de contribuição no momento, segundo legislação atual. No caso do REB, o déficit em 2014 é compensado por superávit de 2013 e, no Novo Plano, o déficit representa, em relação à reserva, proporção inferior àquela que impõe o equacionamento.*

**A Caixa contribuirá também?**

*Sim, e não se trata de escolha. A Caixa, como patrocinadora do plano, deve contribuir para a eliminação do déficit em proporção igual à que está obrigada na formação da reserva. Em outras palavras, se a patrocinadora contribui com parcela igual a dos participantes, a conta será dividida entre Caixa e participantes.*

**Mas se em prazo menor o déficit for eliminado?**

*O Plano de Previdência reavalia reservas e compromissos a cada ano. A eliminação do déficit permite a suspensão do plano de equacionamento, portanto do pagamento adicional.*

**A Funcef está registrando redução de seu patrimônio?**

*Não. As demonstrações financeiras contabilizam ativos de investimentos de R\$ 55 bilhões em setembro de 2014, crescimento de 269,12% ante R\$ 14,9 bilhões em dezembro de 2003. O percentual representa variação de 108% acima do INPC acumulado desde janeiro de 2004.*

**Quando a Funcef apresentará os valores necessários?**

*Fechadas as demonstrações de 2014, a Fundação avaliará os resultados. Se necessário, apresentará plano de equacionamento em 2015. O plano será submetido ao Conselho Deliberativo e disponibilizado aos participantes, assistidos e patrocinadores e ao órgão fiscalizador. Sua execução ocorrerá a partir de 2016.*

**Com o déficit, há suspensão de pagamento de benefícios?**

*O déficit caracteriza-se pela insuficiência de reserva ao benefício futuro, a ser honrado em longo prazo. Sua existência não representa, necessariamente, insuficiência de caixa para pagamento atual. Pelo que divulgou a Funcef, não há risco imediato, o que explicaria a possibilidade de equacionamento em 14 anos.*

**Déficit é o mesmo que prejuízo?**

*Não. Déficit é a insuficiência de recursos para cobertura de compromissos do plano. Sua ocorrência impõe ajuste para que não tenha por consequência a impossibilidade de pagamento de benefícios. O déficit não é fruto de receitas inferiores às despesas na atividade, mas de estimativas não realizadas para a formação de poupança. Prejuízo, por definição contábil e financeira, é o resultado de receita inferior ao custo do produto ou do serviço na atividade empresarial. O prejuízo pode inviabilizar a atividade em curtíssimo prazo.*

**Qual a razão para os déficits atuais?**

*Aparentemente são causas conjunturais. A principal delas é a queda no valor dos ativos de renda variável, o que tem se registrado mesmo em relação a ações de companhias campeãs de mercado e com liquidez, como Companhia Vale e Petrobrás. A Funcef informa que para renda variável estão destinados 32% dos ativos de investimentos. O impacto não é pequeno.*

**Por que não se livrar das ações, então?**

*Ações têm variação constante, especialmente em razão dos resultados da companhia e grau de liquidez (facilidade em negociar a ação). Contabilmente, pode-se registrar perda quando observada a queda, mas a materialização dessa perda ocorrerá se houver a venda do ativo em valor inferior ao da aquisição. Nada sugere que o fluxo de caixa da Funcef imponha venda apressada. Assim, ela pode seguir o lema dos investidores de “comprar na baixa, vender na alta”.*

**A Caixa oferece a seus clientes fundos de ações. Os resultados recentes nesses fundos também têm sido insatisfatórios?**

*Sim. A Caixa - e instituições financeiras que oferecem carteira de ações - enfrenta a mesma conjuntura adversa, com queda acentuada no valor das ações.*

# PEDALADAS SEM PRESSA PARA CONTEMPLAR A NATUREZA

## Pedal SS ou Sem Estresse.

É assim que muitos praticantes de Mountain Bike definem os passeios por estradas de chão ou trilhas, com percursos mais longos. Com um número cada vez maior de adeptos pelo País, a proposta é contemplar paisagens e ter proximidade com as pessoas que vivem nos lugares por onde passam os pedaleiros. **“A bicicleta abre portas e nos dá liberdade”**, conta empolgado Sérgio Gusmão, que pedala há mais de 15 anos e virou organizador de ciclo viagens, como também são chamados os passeios que combinam atividade física com natureza exuberante e pedaladas sem pressa.

Gusmão mora em Brasília (DF), e uma das trilhas preferidas do grupo de pedal do qual faz parte é ir da capital federal a Pirenópolis (GO). O município fica no cerrado goiano e conserva um ar antigo e bucólico, com ladeiras e calçadas de pedras da região, e possui nos seus arredores belas paisagens e inúmeras cachoeiras.

A distância entre as duas cidades é de cerca de 150 quilômetros. A ciclo viagem é feita por estradas de fazendas e trilhas, nas quais a principal “preocupação” é contemplar a natureza. Como não há pressa, os pedaleiros podem levar de seis a 12 horas para fazer o percurso.

Para quem gosta de pedalar e deseja viver esse tipo de aventura na região em que mora, Sergio Gusmão recomenda: ter uma bicicleta adequada, bom preparo físico, levantar cuidadosamente todo o percurso e estar preparado para as dificuldades que podem ocorrer. No mais, basta ter muita animação para fazer novas descobertas a cada pedalada.



Foto: divulgação Pirenópolis



As Cavalhadas de Pirenópolis representam a luta entre mouros e cristãos ocorrida na Idade Média, na Europa. É uma das mais belas festas folclóricas do Brasil.



Pirenópolis está situada a 120 quilômetros de Goiânia (GO). Tem 287 anos e cerca de 25 mil habitantes.

# SER ASSOCIADO FENAE/APCEF É TER MUITO MAIS BENEFÍCIOS DO QUE VOCÊ IMAGINA.



Uma iniciativa da FENAE,  
o Mundo CAIXA é a maior  
plataforma de reconhecimento  
do Brasil!

É por meio dele que os mais de  
100 mil empregados e parceiros  
da CAIXA têm acesso a campanhas  
promocionais, ações de incentivo,  
catálogo de prêmios e muito mais!  
Tudo, claro, exclusivo para o pessoal  
da CAIXA. Ou seja, especialmente  
para você.

[www.mundocaixa.com.br](http://www.mundocaixa.com.br)  
Acesse agora e aproveite!

Mais que um benefício.  
Muito mais do que você imagina.





# MEU IDEAL

Que tal uma ajuda  
para cumprir aquela  
meta de ter uma vida  
mais saudável em 2015?

Conheça o **MEU IDEAL**, um aplicativo  
exclusivo para associados **FENAE/APCEF**.  
Receba dicas de saúde e bem-estar e  
tenha mais qualidade de vida.

Baixe agora pela Apple Store ou pela Google Play,  
faça login pelo **Mundo Caixa** e aproveite!





**Tudo o que você precisa saber sobre a Fenaef na ponta do seu dedo!**

  
[@sigafenaef](https://twitter.com/sigafenaef)

  
[@fenaefederacao](https://www.instagram.com/fenaefederacao)

  
[/Fenaefederacao](https://www.facebook.com/Fenaefederacao)

  
[/fenaefederacao](https://www.youtube.com/fenaefederacao)